

# Economia em Debate

## nº 286

(23/10/2018)

***Economia em Debate*** é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



**Eduardo Rocha**  
**Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)**

## **Aluguel de sala comercial cai até 42,5% em cinco anos**

**O Estado de S. Paulo - 23/10/2018**

O mercado de locação e de compra e venda de imóveis comerciais continua no vermelho, apesar de a economia brasileira ter tecnicamente saído da recessão. Em 12 meses até setembro, o valor dos aluguéis e os preços de venda de salas comerciais de até 200 metros quadrados caíram cerca de 7%, já descontada a inflação do período, aponta o índice FipeZap. Nos últimos anos, desde setembro de 2013, o tombo foi ainda maior. Os aluguéis comerciais caíram 42,5% em termos reais e os preços de compra e venda recuaram 31,6%, também descontada a inflação.

“A recuperação da economia é lenta e frágil e pesam negativamente sobre o mercado imobiliário alguns fatores, como a falta de confiança, por exemplo”, diz o economista da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Bruno Oliva. O indicador FipeZap é calculado com base em 50 mil anúncios coletados na internet para quatro cidades: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS).

No mês passado, os preços de venda das saletas comerciais caíram, em média, 0,54%, superando a inflação oficial do País para o período, que foi de 0,48%, de acordo com o IPCA do IBGE. Das quatro cidades pesquisadas, apenas em Porto Alegre houve um ligeiro aumento, de 0,13%, no preço de venda, e ainda sem descontar a inflação.

Nos aluguéis, o quadro de retração do mercado de compra e venda se repetiu. Em setembro, o valor nominal da locação, isto é sem descontar a inflação, caiu, em média, 0,57%. E o recuo ocorreu em todas as praças pesquisadas.

Não é de hoje que o mercado imobiliário comercial patina. Desde 2013, o valor dos aluguéis em 12 meses corre abaixo da inflação. No caso de compra e venda, essa situação ocorre desde 2014. Para um período mais longo, o economista da Fipe explica que, num primeiro momento, uma grande oferta de saletas comerciais depreciou os preços dos imóveis comerciais, tanto para locação como para compra e venda. Com a recessão, a crise no setor se acentuou.

O momento atual, que é de retomada, geralmente é mais demorado para o setor imobiliário comparado a outros setores, diz o economista. “O setor imobiliário normalmente é o último da fila: primeiro os empresários precisam ver uma reação na demanda, para depois disso começar a contratar funcionários e finalmente ampliar as instalações”, diz Oliva.

Ele acredita que a incerteza do quadro político atual certamente tem retardado a retomada do mercado imobiliário. E a perspectiva, segundo o economista, é que esse cenário continue no ano que vem. “Talvez os preços parem de cair, mas não estou tão otimista. Haverá muita incerteza em 2019.”

Preços. No mês passado, o valor médio do metro quadrado para compra e venda nos quatro municípios monitorados pelo Índice FipeZap foi de R\$ 9.486. Para locação, o valor médio do aluguel ficou em R\$ 39,31 por metro quadrado. O Rio de Janeiro se manteve como a cidade com o maior preço médio de venda (R\$ 10.272 por metro quadrado). Já São Paulo se destacou como o maior preço médio de locação, com R\$ 42,45 por metro quadrado.

Com o recuo nos preços de venda e de locação, a pesquisa mostra também que o investimento em imóveis comerciais deixou de ser um bom negócio nos últimos anos. Desde 2014, o retorno oferecido pelo imóveis foi inferior à rentabilidade do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), diferencial que se acentuou desde 2015. Nos últimos 12 meses, a rentabilidade média do CDI foi 6,7%, enquanto a renda dos imóveis comerciais (aluguel e valorização do ativo) foi de 1,8%, em média, no mesmo período, aponta a Fipe.

## **Criação de vagas é a maior desde o início da recessão** **O Estado de S. Paulo - 23/10/2018**

Setembro foi o melhor mês para o mercado de trabalho do País desde o início da recente recessão brasileira, em 2014. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho registrou contratação de 137,3 mil pessoas, 299% mais que no mesmo período de 2017 e o melhor resultado para o mês em cinco anos. O resultado, puxado pelas contratações para o fim de ano, surpreendeu economistas, que esperavam a criação de 100 mil vagas, segundo pesquisa do Projeções Broadcast com 13 instituições financeiras. Em vídeo, o presidente Michel Temer disse que o número é “um sinal de progresso do País, de acerto da reforma trabalhista e otimismo com o País”. Todas as regiões tiveram aumento do emprego e sete dos oito segmentos detalhados pelo Caged contrataram.

O mercado de trabalho registrou em setembro o melhor mês desde que o País entrou em recessão, em 2014. As empresas aceleraram as contratações para o fim do ano e impulsionaram a criação de 137,3 mil vagas com carteira assinada no mês passado, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho divulgados ontem. O número é 299% superior ao do mesmo mês do ano passado.

A geração de empregos em setembro surpreendeu economistas. Pesquisa do Projeções Broadcast com 13 instituições financeiras indicava expectativa de 100 mil novas vagas, com previsões entre 47,8 mil e 127 mil postos de trabalho.

Para especialistas, o resultado de setembro (foi o melhor resultado para este mês desde 2013) reforça a percepção de que a recuperação do mercado de trabalho é cada vez mais generalizada. No mês, todas as cinco regiões do Brasil tiveram aumento do emprego formal. Por setor, sete dos oito segmentos detalhados pelo Caged contrataram novos trabalhadores. Apenas o agronegócio perdeu vagas. Mesmo assim, o campo teve o menor número de demissões para o mês em 25 anos.

Considerando setembro, já são nove meses seguidos de geração de vagas com carteira assinada. No ano, foram criados 719 mil postos de trabalho. O número representa um avanço, mas ainda está longe de compensar o estrago feito pela recessão – que terminou tecnicamente no ano passado. Entre 2014 e 2017, foram fechados quase 2,9 milhões de postos formais de trabalho no País.

“O ritmo de crescimento do emprego tem ganhado tração nos últimos dois meses. Vivemos um período de expansão de vagas temporárias para as vendas do fim do ano, mas também há reflexo da reação da atividade econômica”, avalia o analista da Tendências Consultoria, Thiago Xavier. O economista diz que, após o tropeço do emprego com a paralisação dos caminhoneiros, já é possível ver sinais de melhora até mesmo em setores menos influenciados pela sazonalidade do fim do ano, como a construção civil.

Dados do Caged mostram que a construção contratou 12,4 mil trabalhadores formais em setembro. O volume de contratação é 33 vezes maior que o registrado um ano antes. Na indústria, foram 37,4 mil novas vagas, ritmo de admissão que aumentou em 50% em um ano.

Para o economista Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), a indefinição do programa econômico do próximo governo é um dos fatores que podem atrapalhar a sustentabilidade da geração de vagas nos próximos meses. “Para continuar criando um número forte de emprego é preciso que a economia engrene e deixe esse estágio cambaleante”, afirmou. “A incerteza deixará de ser eleitoral e passará a ser sobre a condução das políticas econômicas do novo governo”, disse Xavier ao avaliar que o cenário só será mais claro após alguns meses do novo governo.

Barbosa Filho diz que é cedo para avaliar o impacto da reforma trabalhista – que começou a vigorar em novembro do ano passado – na geração de vagas. “Em um horizonte maior, porém, tenho certeza que a reforma será responsável pelo aumento de geração de vagas.”

Em vídeo divulgado nas redes sociais, o presidente Michel Temer comemorou o resultado e disse que o número é “um sinal de progresso do País e de acerto da reforma trabalhista.”

- 

“Para continuar criando um número forte desses de emprego como esse é preciso que a economia engrene.” Fernando de Holanda Barbosa

PESQUISADOR DO IBRE/FGV

## **‘Brasil deve ficar neutro em guerra comercial’**

**O Estado de S. Paulo - 23/10/2018**

Conselheiro para temas de economia internacional e comércio do eventual superministro de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes, o professor da Universidade Columbia Marcos Troyjo recomenda que o Brasil se mantenha neutro na guerra comercial entre Estados Unidos e China. Em vez de escolher um lado, deve explorar as oportunidades oferecidas pelos dois.

“A suposta guerra comercial é mais um movimento de acomodação do que algo que vá escalar outras áreas para além da economia e, portanto, tornar necessário fazer algum tipo de alinhamento”, disse. “Ter de escolher lados de maneira automática e irreversível não é olhar esse quadro de maneira realista.”

Troyjo ressaltou, ao conversar com o Estado, que expressava suas opiniões pessoais e não as da equipe de um eventual governo de Jair Bolsonaro. Ele relativizou o peso da visita que o candidato fez, no início do ano, a Taiwan, ilha que não reconhece o predomínio da China continental. A iniciativa foi criticada numa carta enviada pela embaixada da China no Brasil ao DEM e publicada nas redes sociais pelo vereador César Maia (RJ). “Duvido que ter uma boa relação com Taiwan vá criar obstáculos mais elevados na relação com Pequim”, disse o professor, que é codiretor do laboratório dos Brics na universidade. Ele acrescentou que a Alemanha, por exemplo, tem excelentes relações com Pequim e intensas trocas comerciais com Taiwan.

Troyjo disse ainda que os chineses “não estranhariam” caso o Brasil viesse a impor limites à presença estrangeira em determinadas áreas. “Eles também fazem isso”, observou. A proibição, porém, teria de ser aplicada a todos os países, e não à China especificamente.

O candidato do PSL já fez restrições à compra pelos chineses dos ativos de geração de energia da Eletrobrás. Há também preocupação com a compra de terras por investidores do país asiático. Segundo auxiliares de Bolsonaro, é a esse problema que ele se referia quando disse que os chineses estão “comprando o Brasil.”

Metamorfose. Para o professor, é importante não perder de vista que a China tem passado por uma “metamorfose”. De geradora de grandes superávits comerciais, ela tem transitado para um outro perfil de atuação: a de fonte de empréstimos governo a governo, origem de investimentos estrangeiros diretos. “Não vamos descuidar da parte comercial, mas temos de prestar atenção nas outras coisas”, disse. “Há um casamento entre oportunidade e necessidade na área de infraestrutura no Brasil em que vamos ter de lidar com os chineses.”

Troyjo acha, por exemplo, que o Brasil deveria ter um escritório na China para vender as oportunidades de investimento no setor. Hoje, só as grandes empresas estão presentes lá.

Para eles, as prioridades de uma política em relação à China deveriam ser: adensar a relação, sofisticar a pauta de exportação, aumentar o fluxo de investimentos e, eventualmente, criar “uma ou outra seletividade, para resguardar o interesse nacional.” E o mesmo deveria ser feito em relação aos EUA, afirmou. “Não existe maior deseconomia no mundo do que o baixo volume de intercâmbio comercial entre os EUA e o Brasil.”

Na sua avaliação, a declaração do presidente Trump que o País tem tarifas elevadas e “está entre os mais duros do mundo, talvez o mais duro” é, na verdade, um “convite para melhorar” a relação comercial. Não um passo no fechamento do mercado, como pode parecer.

## **Empresários apresentam agenda econômica a Bolsonaro**

**O Estado de S. Paulo - 23/10/2018**

Executivos de entidades que representam cerca de 30% da produção industrial do País entregaram ontem um manifesto de apoio ao candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro. O documento foi entregue durante um encontro realizado na casa do presidente, no Rio. Segundo os líderes empresariais presentes, a intenção da visita não foi a busca por benefícios, mas a discussão de pontos considerados importantes para a retomada do crescimento econômico.

De acordo com Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil, Bolsonaro tem um programa de governo mais próximo do que esperam os setores empresariais. “Não estamos fazendo aqui nenhuma definição política. A vinda aqui é pela crença de que o programa do candidato Jair Bolsonaro é aquele que se alinha com as prioridades do setor empresarial e com aquilo que o Brasil precisa – desenvolvimento econômico, crescimento econômico, geração de emprego e bem estar social”, comentou.

Os representantes afirmaram que não foram pedir benefícios, e que a proposta de desoneração permanente da folha de pagamentos, por exemplo, não foi debatida. “(Discutimos) quais são os principais vetores de crescimento, a construção civil, o setor de exportação, as reformas que consideramos prioritárias para o ajuste fiscal, a reforma tributária, reforma previdenciária”, declarou Mello Lopes, porta-voz do grupo.

Participaram do encontro os presidentes de seis associações industriais: Instituto Aço Brasil (siderurgia); Abit (indústria têxtil e de confecção); Abimaq (máquinas e equipamentos); Abiquim (indústria química); Associação de Comércio Exterior do Brasil (representante de empresas exportadoras e importadoras); e Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Juntos, os setores representados por essas associações empregam cerca de 30 milhões de pessoas, entre empregos diretos e indiretos, e recolhem R\$ 250 bilhões em impostos por ano.

O encontro foi agendado pelos empresários com o deputado Onyx Lorenzoni, cotado para assumir a Casa Civil caso o capitão reformado seja eleito no domingo.

Agenda. O grupo diz ter apresentado uma agenda para retomada do crescimento da economia. “Fomos mais para nos colocar à disposição para ajudar o Brasil voltar a andar”, disse o consultor da área de petróleo e gás, Adriano Pires, que participou do encontro. “Mas falamos também da importância de se manter o calendário de leilões (de áreas de petróleo e gás) e que a tarifa de energia está muito cara no Brasil.”

A coalizão de líderes empresariais quer um encontro com Paulo Guedes, indicado por Bolsonaro para comandar o ministério da Fazenda, logo na primeira semana após a eleição de domingo, na expectativa de que Bolsonaro seja eleito.

“Foi um encontro excelente e a ideia é que tão logo passe a eleição a gente possa sentar com Paulo Guedes e interagir...Os motores da economia seriam a construção civil, que gera muito emprego, e a exportação, que está com capacidade enorme para operar lá fora”, acrescentou Lopes.

Em nota à imprensa, o presidente-executivo da associação de fabricantes de máquinas e equipamentos (Abimaq), José Velloso, também defendeu “isonomia competitiva do setor produtivo” e afirmou que o próximo governo “tem que ter a clara noção de que o aumento da desigualdade social e da violência, a polarização da sociedade, o alto desemprego e o crescente desalento de nossa juventude não podem ser enfrentados sem a retomada do crescimento sustentado”.

## **Mutirão em SP tenta acelerar indenização a poupadores** **O Estado de S. Paulo - 23/10/2018**

De maio até agora, cerca de 20 mil brasileiros que tinham entrado na Justiça para repor as perdas que tiveram com os planos econômicos lançados nas décadas de 1980 e 1990 aceitaram o acordo firmado entre representantes dos bancos e dos poupadores, homologado em março. A expectativa é de que 1 milhão de ações sejam encerradas.

Há cinco meses, os poupadores podem acessar um site para aderir ao acordo. Valores até R\$ 5.000 serão pagos à vista e sem desconto. Para quem tem acima desse valor a receber, os descontos variam de 8% a 19% e o pagamento é parcelado. Os consumidores reclamam, no entanto, de dificuldades de navegação e na hora de digitalizar os documentos comprobatórios.

Para tentar agilizar o atendimento, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander organizam um mutirão presencial em São Paulo. A perspectiva é que sejam atendidas 5 mil pessoas até dezembro, segundo o diretor jurídico da

Febraban, Antonio Negrão. Um evento semelhante está previsto para ocorrer em Brasília, no Rio e em Belo Horizonte.

A Caixa também estuda fazer um mutirão próprio, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) até o fim do ano.

O acordo, porém, nem sempre agrada ao poupador. O professor universitário José Seabra, de 68 anos, abriu uma caderneta de poupança quando ainda era estudante, para juntar dinheiro para se manter na Suíça durante o curso de pós-graduação. Professor de letras, ele queria estudar documentos originais em latim, que estavam na faculdade. “Com a inflação daquela época, era preciso guardar o dinheiro no banco para poder se planejar”, conta.

Seabra conseguiu viajar, mas o dinheiro que sobrou na poupança foi afetado pelo Plano Bresser, de 1987. “Entrei na Justiça há quatro anos. Nas minhas contas, teria R\$ 15 mil a receber. Sei que a proposta do banco é bem menor, mas nem esperava receber alguma coisa ainda.” Após ser atendido pelo banco no mutirão e descobrir que receberia R\$ 2 mil, ele foi aconselhado pelo advogado a não aceitar e esperar mais dois anos, para que a sua ação continue correndo. “A diferença era muito grande.”

A Febraban, que representa os bancos, estima em 1 milhão o número de ações referentes às perdas com quatro planos econômicos: plano Bresser (1987), Verão (1989), Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991). O acordo que foi firmado não inclui o Plano Collor 1 e só pode aderir à compensação quem tiver entrado na Justiça até o fim de 2016.

Atendimento. Em São Paulo, o mutirão ocorre no Cejusc Central (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania), na rua Barra Funda, 930, zona oeste. É preciso ser convocado pelos bancos para ser atendido.

O poupador deverá comparecer ao local munido de documento original de identificação com foto. Já o advogado deverá apresentar a carteira da OAB original, cópia de procuração com poderes para transigir, receber e dar quitação.

Em caso de falecimento do beneficiário, o familiar ou representante precisa apresentar cópia da certidão de óbito e da procuração de todos os herdeiros, além de petição com pedido de regularização do polo ativo.

“Entrei na Justiça há quatro anos. Nas minhas contas, daria cerca de R\$ 15 mil a receber. A proposta do banco é bem menor.” José Seabra

PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

.

## **Estatais devem elevar investimento em 2019**

**Valor Econômico - 23/10/2018**

Depois de atingirem no ano passado o nível mínimo da série histórica, os investimentos das estatais estão em fase de estabilização e devem, puxados pela Petrobras, entrar em alta no ano que vem, segundo avaliação do exsecretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Manoel Pires.

Ele avalia que esse deverá ser um dos vetores do crescimento econômico de 2019, mas aponta com preocupação a incerteza em torno do que acontecerá com os investimentos da Eletrobras, que continuam em queda.

"Nos últimos anos, observamos uma queda substancial dos investimentos das empresas estatais federais. A série histórica pode ser dividida em quatro períodos. Nos dois primeiros anos (2000-01) os investimentos encontraram-se na média em 0,9% do PIB. Entre 2002 e 2006, os investimentos se aceleraram de forma moderada atingindo a média de 1,28% do PIB. A partir de 2007 inicia-se uma forte aceleração chegando a 2% do PIB na média do período até 2013. A partir de 2014 observa-se uma forte contração. Em 2017 os investimentos alcançaram a mínima da série histórica", diz Pires em uma análise para seu Observatório de Política Fiscal.

Ao Valor o economista explicou que neste ano os sinais são de estabilização, principalmente por causa da ligeira melhora nos investimentos da Petrobras, que representam 85% desse gasto das estatais, apesar de a Eletrobras continuar recuando. Ele enxerga que esse movimento da estatal petrolífera tende a continuar, com a principal fase de desalavancagem da empresa tendo ficado para trás.

Segundo ele, o desempenho da Petrobras é um importante impulso para a economia, especialmente para os investimentos. A empresa sozinha representa cerca de 4% da Formação Bruta de Capital Fixo e já foi mais que o dobro disso, em 2013. Naquele período, só o recuo da empresa entre 2013 e 2014 representou metade da queda da formação bruta naquele período. "A Petrobras é muito impactante."

Entre 2013 e 2018, os investimentos do conjunto das estatais caíram 56%, em termos nominais. "É verdade que estava muito alto o nível de investimentos, tem projetos que a gente sabe que não renderam frutos, mas mesmo assim é uma desalavancagem forte, é menos contratação, menos capital, menos muita coisa", afirmou.

O tema das estatais é um dos aspectos mais importantes do debate eleitoral deste ano. O candidato líder nas pesquisas hoje, Jair Bolsonaro, tem no seu programa econômico uma defesa de um amplo processo de privatizações de empresas do governo federal. Seu guru econômico e já anunciado como futuro ministro da Fazenda de um eventual governo, Paulo Guedes, defende que se vendam todas as empresas, inclusive as grandes como Petrobras, Eletrobras,

Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Mas Bolsonaro já tratou de baixar as expectativas dizendo que não venderá empresas estratégicas.

Vale lembrar que essas grandes empresas representam mais de 90% dos investimentos das empresas do governo federal. No caso da Eletrobras, contudo, uma privatização é o caminho mais viável para que o setor tenha retomada dos investimentos, dadas as enormes dificuldades de caixa da companhia.

## **Estatais devem elevar investimento em 2019**

### **Valor Econômico - 23/10/2018**

Depois de atingirem no ano passado o nível mínimo da série histórica, os investimentos das estatais estão em fase de estabilização e devem, puxados pela Petrobras, entrar em alta no ano que vem, segundo avaliação do exsecretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Manoel Pires.

Ele avalia que esse deverá ser um dos vetores do crescimento econômico de 2019, mas aponta com preocupação a incerteza em torno do que acontecerá com os investimentos da Eletrobras, que continuam em queda.

"Nos últimos anos, observamos uma queda substancial dos investimentos das empresas estatais federais. A série histórica pode ser dividida em quatro períodos. Nos dois primeiros anos (2000-01) os investimentos encontraram-se na média em 0,9% do PIB. Entre 2002 e 2006, os investimentos se aceleraram de forma moderada atingindo a média de 1,28% do PIB. A partir de 2007 inicia-se uma forte aceleração chegando a 2% do PIB na média do período até 2013. A partir de 2014 observa-se uma forte contração. Em 2017 os investimentos alcançaram a mínima da série histórica", diz Pires em uma análise para seu Observatório de Política Fiscal.

Ao Valor o economista explicou que neste ano os sinais são de estabilização, principalmente por causa da ligeira melhora nos investimentos da Petrobras, que representam 85% desse gasto das estatais, apesar de a Eletrobras continuar recuando. Ele enxerga que esse movimento da estatal petrolífera tende a continuar, com a principal fase de desalavancagem da empresa tendo ficado para trás.

Segundo ele, o desempenho da Petrobras é um importante impulso para a economia, especialmente para os investimentos. A empresa sozinha representa cerca de 4% da Formação Bruta de Capital Fixo e já foi mais que o dobro disso, em 2013. Naquele período, só o recuo da empresa entre 2013 e 2014 representou metade da queda da formação bruta naquele período. "A Petrobras é muito impactante."

Entre 2013 e 2018, os investimentos do conjunto das estatais caíram 56%, em termos nominais. "É verdade que estava muito alto o nível de investimentos, tem projetos que a gente sabe que não renderam frutos, mas mesmo assim é

uma desalavancagem forte, é menos contratação, menos capital, menos muita coisa", afirmou.

O tema das estatais é um dos aspectos mais importantes do debate eleitoral deste ano. O candidato líder nas pesquisas hoje, Jair Bolsonaro, tem no seu programa econômico uma defesa de um amplo processo de privatizações de empresas do governo federal. Seu guru econômico e já anunciado como futuro ministro da Fazenda de um eventual governo, Paulo Guedes, defende que se vendam todas as empresas, inclusive as grandes como Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Mas Bolsonaro já tratou de baixar as expectativas dizendo que não venderá empresas estratégicas.

Vale lembrar que essas grandes empresas representam mais de 90% dos investimentos das empresas do governo federal. No caso da Eletrobras, contudo, uma privatização é o caminho mais viável para que o setor tenha retomada dos investimentos, dadas as enormes dificuldades de caixa da companhia.

## **Emprego com carteira assinada tem melhor setembro em 5 anos**

### **Valor Econômico - 23/10/2018**

O mercado de trabalho brasileiro registrou criação líquida de 137.366 vagas com carteira assinada em setembro. Este é o melhor resultado divulgado em 2018 e também o maior número para o mês em cinco anos. Desde fevereiro de 2014, a criação de vagas formais não tinha dado tão positivo. Os números estão no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho, e estão sem ajuste - ou seja, não consideram informações entregues pelas empresas fora do prazo.

O saldo do mês, antecipado pelo Valor PRO, serviço de informações em tempo real, ficou também acima das expectativas dos analistas do mercado. Levantamento do Valor Data com 17 consultorias e instituições financeiras mostrou que os economistas esperavam, em média, a criação de 89,6 mil vagas com carteira em setembro. As projeções variavam de 47,8 mil a 127 mil. Em agosto tinham sido abertos 110.431 postos de trabalho.

Os dados mostram que o mercado de trabalho continua em uma tendência de melhora desde junho, quando houve o único resultado negativo do ano até agora. No acumulado de 2018, o saldo está positivo em 719.089 vagas considerando dados com ajustes (exceto setembro, que ainda não tem os dados atualizados).

Em setembro, houve resultado positivo em sete das oito divisões econômicas do Caged. O melhor desempenho foi no setor de serviços, que abriu 60.961 postos. Em seguida, vieram indústria (37.449 vagas), comércio (26.685 posições), construção civil (12.481 postos), serviços industriais de utilidade

pública (1.091 postos), administração pública (954 postos) e extrativa mineral (403 postos).

Já a agropecuária, que vinha apresentando criação de vagas nos últimos meses, foi o único setor que registrou queda, ao cortar 2.688 postos de trabalho.

No ano, a criação de vagas também vem sendo puxada pelos serviços (436.865 vagas abertas). Em seguida, estão indústria (com 136.271 postos) e agropecuária (86.051 posições). O único a cortar posições no acumulado de 2018 foi o comércio, com fechamento de 46.841 vagas.

Os dados do Caged mostram que as cinco regiões do país registraram criação de emprego com carteira assinada em setembro. A região Nordeste foi a que teve o melhor desempenho, com a geração de 62.177 novas vagas, seguida por Sudeste (38.933), Sul (18.063), Norte (10.262 vagas) e Centro-Oeste (7.901 postos).

Entre os Estados, apenas Mato Grosso do Sul apresentou resultado negativo em setembro, com fechamento de 2.645 vagas. Por outro lado, São Paulo foi o Estado que mais gerou empregos, com um saldo positivo de 22.448 postos com carteira assinada. Em seguida, vieram Pernambuco (21.414 postos) e Alagoas (15.179 vagas).

O salário médio de admissão no país foi de R\$ 1.516,89 em setembro. Já o salário médio de desligamento foi de R\$ 1.684,39. Os dados representam uma perda real de 0,93% para o salário médio de admissão e de 3,49% para o salário de desligamento.

Assim que saiu o resultado do Caged de setembro, o ministro do Trabalho, Caio Vieira de Mello, fez questão de comunicar os dados ao presidente Michel Temer, que, para capitalizar a boa notícia, divulgou um vídeo no Twitter. "É sinal de acerto na reforma trabalhista e de otimismo no nosso país", informou o presidente ao lado de Vieira de Mello. "Eu espero, ministro Caio, que no próximo mês você traga um número ainda maior e tenho certeza de que isso vai acontecer", ressaltou Temer.

O ministério divulgou números também relacionados à reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017. O trabalho intermitente - quando a prestação de serviços não é contínua, mas sim com alternância de períodos - registrou em setembro um saldo de 4.281 postos criados. Já no chamado regime de tempo parcial, foram registradas 5.451 admissões e 3.477 desligamentos, gerando saldo de 1.974 empregos. Na demissão mediante acordo entre empregador e empregado, houve 13.019 desligamentos em setembro, envolvendo 9.203 empresas.

## **Alimento, combustível e bilhete aéreo puxam IPCA-15, calculam economistas**

### **Valor Econômico - 23/10/2018**

Os aumentos de combustíveis e de passagens aéreas e a pior sazonalidade para os alimentos elevaram a inflação na primeira quinzena de outubro, avaliam economistas. Segundo a estimativa média de 30 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) subiu de 0,09% em setembro para 0,61% no mês atual.

As projeções para a prévia da inflação oficial, a ser divulgada hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vão desde alta de 0,44% até 0,67%. No acumulado em 12 meses, a expectativa é que o IPCA-15 acelere de 4,28% para 4,55%, ligeiramente acima, portanto, da meta perseguida pelo Banco Central para o ano, de 4,5%.

Do aumento de 0,65% previsto para o índice em outubro, metade, ou 0,33 ponto percentual, é explicada pela parte de transportes, diz Breno Martins, economista da Mongeral Aegon Investimentos.

Embora a taxa de câmbio tenha devolvido parte da disparada após o primeiro turno da eleição presidencial, o impacto já ocorrido elevou os preços de combustíveis, afirma, o que resultou em avanço de 4,25% da gasolina dentro do IPCA-15.

Martins destaca, ainda, a variação de 14,5% prevista para as passagens aéreas no mês. "As passagens têm comportamento bastante volátil, mas há uma participação dos combustíveis na formação de preços, que também têm impacto da alta do dólar", explica o economista, para quem os transportes saltaram 1,78% na prévia atual da inflação, depois de alta 0,21% na de setembro.

A segunda maior pressão sobre a inflação, de acordo com Martins, deve ficar por conta dos alimentos. Em seus cálculos, o grupo alimentação e bebidas deixou deflação de 0,41% no IPCA-15 passado e, agora, aumentou 0,66%, puxado principalmente pelos alimentos no domicílio, que registraram alta de 0,9% no período.

"Estamos entrando em uma época de clima um pouco mais quente, o que pressiona os alimentos in natura", disse Martins. Além disso, a depreciação do real afetou os preços de commodities, o que também eleva as cotações de alimentos no varejo, observa o economista.

De acordo com a LCA Consultores, os destaques de alta dentro dos alimentos, no IPCA-15 de outubro, foram uma série de itens, tais como feijão, batata-inglesa, tomate, açúcares e derivados, hortaliças e verduras. Para a

consultoria, o grupo alimentação avançou 0,68% no mês, enquanto a prévia da inflação oficial ficou em 0,64%.

Como outros vetores de aceleração do indicador, embora menos representativos, a LCA menciona os grupos de vestuário (zero para 0,18%), saúde e cuidados pessoais (0,26% para 0,39%) e educação (0,10% para 0,17%).

Além da inflação cheia, o banco suíço UBS aponta que os núcleos - medidas que expurgam ou reduzem o impacto de itens voláteis sobre os índices inflacionários - também devem mostrar tendência de alta neste mês, ainda que moderada.

"A média dos núcleos de inflação tem subido lentamente desde janeiro e agora está entre 3,5% e 4%, ainda abaixo da meta para a inflação cheia", afirma o departamento econômico do banco suíço, em relatório.

Deve haver perda de fôlego entre o IPCA-15 de outubro e o indicador fechado do mês, de 0,65% para 0,45%, estima o UBS, como resultado de alguma descompressão nos alimentos. Por outro lado, os próximos meses ainda devem mostrar algum repasse cambial remanescente sobre os preços de bens comercializáveis, ainda que mais fraco, ponderam os economistas da instituição.

## **Monitor indica alta de 0,2% no PIB em agosto, diz FGV** **Valor Econômico - 23/10/2018**

A economia cresceu 0,2% em agosto ante julho, segundo a série com ajuste sazonal do Monitor do PIB, calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e divulgado ontem.

A atividade se mantém positiva graças a bons desempenhos no consumo das famílias e em investimentos, em especial máquinas e equipamentos, afirmou Claudio Considera, coordenador do Monitor. Para ele, os dados positivos na atividade até agosto traçam carregamento positivo para 2019. "A economia continuou crescendo e não caiu em recessão a despeito de toda a agitação política. O investimento continuou a crescer, o que é surpreendente" disse.

A expectativa de Considera é que as tendências de alta no consumo e no investimento se fortaleçam depois de resolvida a eleição.

Os sinais positivos na atividade até agosto não ficaram apenas na comparação com mês anterior. A pesquisa mostrou ainda que, no trimestre móvel encerrado em agosto, o PIB teria crescido 1,6% ante o trimestre finalizado em maio. Em relação ao trimestre encerrado em agosto, a atividade subiu 1,9%. Na comparação com agosto do ano passado, mais 1,9%.

Grande parte desse cenário foi construída graças ao consumo das famílias. Pelo lado da demanda, em agosto, o consumo das famílias na pesquisa da FGV subiu 3% ante agosto do ano passado. No trimestre finalizado em agosto sobre o de 2017, a alta é de 2%.

Pelo lado da oferta, o grande destaque é a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), com aumento de 1,9% em agosto ante agosto do ano passado. Nessa comparação, somente a atividade de máquinas e equipamentos subiu 5,1%. No trimestre finalizado em agosto ante igual período no ano passado, a FBCF cresceu 3,7% - sendo que o item máquinas e equipamentos subiu 10% nessa comparação.

A construção civil continua a ser o freio da economia. A atividade da construção continuou a mostrar saldo negativo, com recuo de 0,1% no trimestre encerrado em agosto ante igual período no ano passado, e queda de 1,2% em agosto em relação a igual mês de 2017. Considera não descartou possibilidade de, a partir do ano que vem, a economia voltar a crescer de forma mais forte.

A pesquisa mostrou taxa de investimento, a preços constantes, foi de 18,1% do PIB em agosto julho A exportação cresceu 0,6% no trimestre móvel até agosto, na comparação interanual. Já a importação cresceu 10% no trimestre móvel findo em agosto, na comparação interanual.

O PIB em valores correntes alcançou perto de R\$ 4,6 trilhões, no acumulado do ano até agosto.

## **Economia registra abertura de 137 mil vagas no país em setembro**

**O Globo - 23/10/2018**

Foram criados no Brasil, em setembro, 137.336 empregos com carteira assinada, segundo dados divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho. Esse é o melhor resultado para o mês desde setembro de 2013, quando o saldo da abertura de vagas formais foi de 211.068. Para especialistas, os números são positivos, apesar da lenta recuperação da economia.

—É um início de recuperação gradual do mercado de trabalho. Os setores estão voltando a contratar, talvez não na velocidade em que se gostaria, mas a atividade econômica não tem performado como gostaríamos —disse o economista Hércio Takeda, da consultoria Pezco.

No ano passado, no mesmo mês, foram abertas 34.392 vagas com carteira assinada, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). No acumulado de janeiro a setembro, são 719.089 novos postos de trabalho.

O crescimento do emprego em ritmo superior ao esperado pelos economistas foi liderado pelo setor de serviços. Esse setor registrou a criação de 60.961 vagas em setembro, seguido pela indústria de transformação, que elevou o número de trabalhadores com carteira assinada em 37.449 vagas.

### RIO TEM CRIAÇÃO DE 7,9 MIL POSTOS

O comércio foi o terceiro setor que mais gerou empregos, com 26.685 postos. Por outro lado, o agronegócio registrou fechamento de 2.688 vagas formais, sendo o único a eliminar empregos em setembro.

Os dados do Caged apontam a recuperação do mercado formal de trabalho no Rio de Janeiro, que registrou saldo positivo de 7.901 postos, pelo segundo mês consecutivo. São Paulo foi o estado que mais contratou em setembro, com resultado positivo de 22.448 vagas, seguido por Pernambuco e Alagoas. O emprego com carteira assinada subiu em todas as regiões.

A previsão de Takeda é de mais números positivos na geração de emprego formal em outubro e novembro. Dezembro tradicionalmente é um mês que registra fechamento de postos de trabalho.

Eduardo Velho, economista da GO Associados, acredita que, após o segundo turno das eleições, o cenário para o emprego formal deve melhorar.

—O dado do Caged mostra um aumento do emprego formal mais consistente do que no ano passado, com uma recuperação das perdas nos últimos anos. Passada a eleição, deve haver um destravamento dos investimentos, e isso deverá impulsionar os números —afirmou Velho.

## **Em 2060, teremos 2,5 trabalhadores para um aposentado** DCI - 23/10/2018

O sistema previdenciário brasileiro foi colocado em xeque em estudo da Mercer sobre sustentabilidade. Em um ranking de 34 países, o País fica em 21º. No topo do ranking figura a Holanda e na lanterna, a Argentina.